

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Rogério Antonio Alves

**Cultura como área essencial nos municípios**

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Rogério Antonio Alves

### **Cultura como área essencial nos municípios**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Política Pública da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Gestão e Política Pública.

Orientadora: Alessandra Atti

São Paulo

2014

Dedico este trabalho acima de tudo a Deus,  
na pessoa de Jesus Cristo, seu filho que novamente  
me fez perseverar e subir mais um degrau do conhecimento.  
A todas as pessoas que o próprio Senhor escolheu  
para me apoiar em todos os momentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço acima de tudo e de todos, ao grandioso Deus que me capacitou, dando-me condições de superar obstáculos e proporcionando perseverança para que se concretizasse mais uma conquista.

A todos os que de algum modo me apoiaram, aos colegas, professores e tutores do curso.

Finalmente agradeço ao Partido dos Trabalhadores e à Fundação Perseu Abramo pela visão ampliada em favor da aquisição de conhecimento por seus quadros, em nome da qualificação de futuras gestões em nosso país.

## RESUMO

Com o entendimento que a Cultura é tão essencial quanto os índices de Emprego e Renda, Educação e Saúde; o presente trabalho objetiva perscrutar sobre a viabilidade de incluir no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) indicadores do desenvolvimento das atividades culturais nos municípios. A construção teórica fundamentada na discussão sobre Políticas Públicas da Cultura no Brasil ao longo do tempo com ênfase no período pós-neoliberal, a estruturação do Sistema Nacional de Cultura, em especial ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores da Cultura são as bases do trabalho. A deficiência na gestão das políticas públicas da cultura aparece, sobretudo, na esfera municipal, pois em muitos municípios brasileiros os órgãos ou setores específicos de gestão da cultura ainda não foram criados, e a maior parte das ações executa-se por meio da realização de eventos esporádicos, sem continuidade. Assim, a possibilidade de incluir indicadores da Cultura no IFDM, poderá se tornar um estímulo para as prefeituras gerir mais eficientemente as políticas públicas da Cultura.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas da Cultura – Municípios – IFDM

## ABSTRACT

With the understanding that culture is as essential as the indices of Employment and Income, Education and Health; this study aims to scrutinize on the feasibility of including in FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) indicators of the development of cultural activities in the municipalities. The theoretical construction based on the discussion on Public Policies for Culture in Brazil over time with an emphasis on post-neoliberal period, the structuring of the National Culture System, in particular the National System of Information and Culture Indicators are the basis of the work. The deficiency in public policy management culture occurs especially at the municipal level, because in many municipalities organs or specific sectors of culture management has not been created, and most of the shares is executed by performing sporadic events without continuity. Thus, the possibility of including indicators of Culture in IFDM, may become a stimulus for the municipalities to manage more efficiently the public policy of Culture.

**Keywords:** Public Policies for Culture - Municipalities - IFDM

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1.1 Justificativa .....</b>	<b>09</b>
<b>2. CONSTRUCTO TEORICO .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Breve histórico das Políticas Públicas Culturais no Brasil .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Gestão Cultural no Brasil – uma nova realidade começa a ser construída .....</b>	<b>14</b>
<b>2.3 O estado assume seu papel na gestão pública da Cultura .....</b>	<b>15</b>
<b>2.4 Novas perspectivas para as políticas públicas de Cultura .....</b>	<b>16</b>
<b>2.5 A herança do período neo-liberal .....</b>	<b>18</b>
<b>2.6 Várias contribuições, muitas ideias .....</b>	<b>20</b>
<b>2.7 Avanços importantes .....</b>	<b>23</b>
<b>2.8 Políticas Públicas de Cultura – uma estrada aberta .....</b>	<b>28</b>
<b>2.9 Sistema Nacional de Cultura .....</b>	<b>29</b>
<b>2.10 Políticas Publicas de Cultura nos Municípios .....</b>	<b>32</b>
<b>3. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>36</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1 Cidade e Cultura .....</b>	<b>37</b>
<b>4.2 Sistemas de Informações e Indicadores Culturais .....</b>	<b>38</b>
<b>4.3 Metas do Plano Nacional de Cultura .....</b>	<b>40</b>
<b>5. À GUIA DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou e ainda passa por inúmeras mudanças, é notório o desenvolvimento alcançado em todas as áreas. No campo da Cultura uma nova visão foi introduzida, conforme expressou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

“É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido de construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social.”

Anteriormente vista apenas com um “bom negócio” e algo apenas acessório; nos governos Lula e Dilma, a Cultura passou a ter atenção especial e ser pauta das políticas públicas da nação. Marilena Chauí afirma que:

“Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade.”

Assim o Estado brasileiro buscou assegurar os meios para o reconhecimento efetivo da cultura como direito. Em consonância com os princípios de Cidadania Cultural, ofereceu ao país a perspectiva da institucionalidade da cultura nos aparatos governamentais, com a criação de órgãos gestores, conselhos e conferências de cultura, a aprovação do Plano Nacional de Cultura, a tramitação de vários projetos de lei e, principalmente, o início da constituição do Sistema Nacional de Cultura.

O Sistema Nacional de Cultura pressupõe ações integradas dos três entes federativos: federação, estado e municípios. Muitos prefeitos dos 5.565 municípios ainda enxergam a Cultura como algo “menor”, como algo acessório, decorativo, sem dar a devida importância para esta área.

Existem no Brasil instituições que realizam diversas pesquisas para elaborar diversos índices e/ou *ranking*; entre eles destaca-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM),

elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Tal índice é composto por indicadores de três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde.

Com o entendimento que a Cultura é tão essencial quanto os índices de Emprego e Renda, Educação e Saúde; o presente trabalho objetiva perscrutar sobre a viabilidade de incluir no IFDM indicadores do desenvolvimento das atividades culturais nos municípios.

### 1.1 Justificativa

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) tornou-se referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, pois acompanha três áreas essenciais: Emprego e Renda, Educação e Saúde e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais. O presente trabalho objetiva incluir mais uma área para elaboração do índice a “Cultura”. O IFDM apresenta algumas características, sua leitura é simples, o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual e por acompanhar o desenvolvimento de todos os 5.565 municípios brasileiros. Abaixo, quadro-resumo das variáveis que compõem o cálculo do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

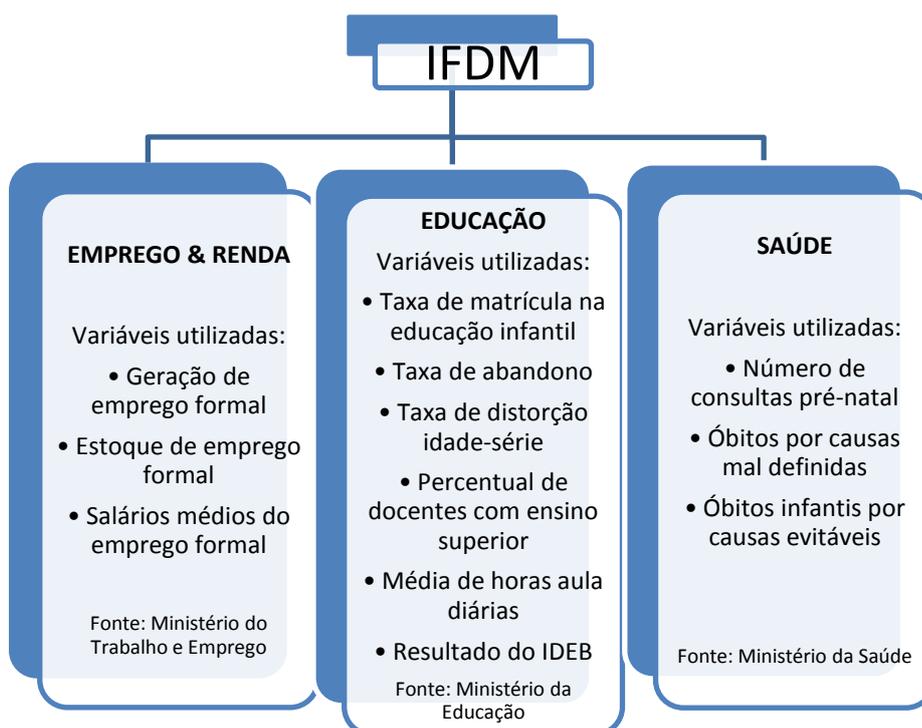


Figura 1: Resumo das variáveis que compõem o cálculo do IFDM

Com o entendimento que para o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Cultura é essencial o engajamento dos municípios, além é claro dos estados e da federação; entende-se que a inclusão de indicadores da Cultura irá funcionar como “um estímulo” aos prefeitos para que tratem área tão relevante com a devida atenção e dedicação, na formulação das políticas públicas.

## 2. CONSTRUCTO TEORICO

Os aspectos culturais de um povo, suas mais variadas manifestações nas diversas linguagens, permite seu desenvolvimento tanto num sentido artístico quanto num sentido de qualidade de vida (Botelho, 2001). A gestão pública, por meio de sua estruturação integrada entre todos os seus entes federados, norteadas pelo intuito de fomentar estratégias em rede, poderia promover o desenvolvimento (ANDION, 2003, p. 1046) por meio desse processo coletivo de produção cultural.

### 2.1 Breve histórico das Políticas Públicas Culturais no Brasil

Ao fazer um resgate da história das políticas culturais no Brasil constata-se que esta foi distinta em cada regime político pelo qual o país passou. O período considerado como do descobrimento do Brasil até a vinda da Família Real é marcado por ações que foram contra as culturas autóctones, procurando anular a cultura dos povos locais (Rubim, 2009). A realização da Semana de Arte Moderna de 1922 foi um grande marco para a transformação da cultura brasileira. “O movimento modernista que surgiu com a Semana de 22 [...] representava uma busca pela autenticidade do que é brasileiro, através das raízes nacionais” (Oliveira *apud* Pimentel dos Santos, 2009).

No início do século XX “[...] os artistas modernistas eram financiados por famílias burguesas que utilizavam as obras para a decoração de suas mansões” (Pimentel dos Santos, 2009). Na década de 30, registraram-se acontecimentos que até nos dias atuais poderiam ser chamados de ações inovadoras. Atuando no Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, Mário de Andrade firmou um acordo com a FORD, adaptou um caminhão e levou a biblioteca para os bairros populares. Mário de Andrade também patrocinou viagens de equipes multidisciplinares para diversas regiões com o intuito de conhecer e recolher materiais de cultura popular, que foram arquivadas no seu acervo (RUBIM, 2009). “Nos anos 40, a preocupação voltava-se para a criação de instituições artísticas internacionalizadas” (Pimentel dos Santos, 2009).

Com o passar do tempo e aos poucos a Cultura caminhou para ter órgãos próprios de gestão. Desta maneira, “Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde Pública é desmembrado, com a criação do Ministério da Saúde. A área cultural, no entanto, permanece vinculada à educacional e surge, então, o Ministério da Educação e Cultura” (Pimentel dos Santos, 2009).

Durante o período do autoritarismo foram criadas diversas instituições, práticas e legislações no campo da cultura (Rubim, 2009). A atuação do Estado no campo cultural em regimes políticos autoritários, como o foram o Estado Novo e o regime militar pós-64, visava “instrumentalizar, domesticar seu caráter crítico como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade” (Gruman, 2008).

Na segunda metade dos anos 70, destacaram-se ações culturais que foram para além da esfera federal. Nos anos de “[...] 1976 a 1979, [...] pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura e importantes instituições são criadas” (Campos, 2009).

Em 1985 o Ministério da Educação e Cultura foi dividido. Nesse período a área cultural passou a ser tratada com objetivos comerciais (Associação Cultural Alquimídia, 2009). De 1985 a 1994 a gestão da cultura brasileira foi instável. O governo Collor, durante seus dois anos de mandato, não só acabou com o Ministério da Cultura, transformando-o em secretaria, como acabou ainda com diversas instituições ligadas à cultura (Rubim, 2009).

Assim, ao analisar a descontinuidade das gestões do Ministério da Cultura desde o governo Sarney até o de Itamar (1985-1994), ao total estiveram “[...] como responsáveis principais oito ministros e dois secretários, configurando uma média de permanência, na função, de um ano” (Rubim, *apud* Pimentel dos Santos, 2009). No entanto, continuidade pode não representar boa gestão, pois na gestão Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort permaneceu na gestão da cultura durante oito anos e o maior marco desta quase uma década à frente da cultura nacional foi a publicação de luxuoso livro, pelo Ministério, intitulado “Cultura é um bom negócio” (Campos, 2009). Nesse período buscou-se fortalecer as leis de incentivo tornando-as exclusivas financiadoras da cultura. Resume-se unicamente a essas leis o que é tratado como financiamento e até a própria política pública de cultura no Brasil (Rubim, 2009).

Com a eleição do presidente Lula e no decorrer de seu primeiro governo, “[...] a atuação do Ministério da Cultura foi pautada pela pluralização da questão identitária” (Barbalho *apud* Gruman, 2008). Entre os objetivos e metas do governo Lula, enfatizou-se “[...] a construção de uma política cultural de envergadura nacional e, finalmente, a democratização cultural, [...] a revisão da função do Estado na área e a criação de um sistema efetivamente nacional de cultura [...]” (Barbosa da Silva, 2007).

A permanência do renomado artista Gilberto Gil de 2003 a 2008 e, posteriormente, a nomeação de seu secretário executivo Juca Ferreira como ministro da cultura, resgatou o

sentido de continuidade dos trabalhos para que as políticas culturais fossem executadas como políticas de Estado (Pimentel dos Santos, 2009). Estas políticas se solidificam por meio de diversos expedientes, tais como “[...] encontros nacionais, editais, os vários programas de cultura viabilizando frentes de trabalho nas linguagens artísticas, os debates regionais e seminários, a conferência nacional de cultura, [...]” (Campos, 2009). Entre as ações nos debates da cultura também se citam os Sistemas Setoriais de Cultura, que se reúnem e debatem assuntos específicos à suas áreas de atuação (Ministério da Cultura, 2010).

Muitos são os desafios impostos à área cultural, dentre eles está à reforma das leis de incentivo. Dos problemas alavancados pela legislação cultural atual, ressalta-se a ênfase no interesse do marketing das empresas, pois os profissionais do setor cultural “[...] são obrigados a se improvisar em especialistas em marketing, tendo de dominar uma lógica que pouco tem a ver com a da criação, [...] de acordo com o que se crê que irá interessar a uma ou mais empresas” (Botelho, 2001).

A Lei do audiovisual atingiu 100% de isenção de impostos. Essa lei não poderia ser chamada de incentivo, pois se trata de investimento com dinheiro que iria ser recolhido aos cofres públicos, e, como afirma Rubin (2009) “de incentivo não tem nada. É puramente dinheiro público”. Nesse sentido também se observa a crítica de Yacoff Sarkovas apud Gruman (2008, p. 12), que “[...] ao bancar integralmente a conta com recursos públicos, o Ministério da Cultura faz de conta que há investimento privado, [...] pervertendo a relação cultura-empresa e não atendendo a qualquer política cultural pública”. Observa-se também que as leis de incentivo acentuaram o financiamento das políticas de eventos, e que essas leis apresentam “[...] limites claros no que tange à descontinuidade e às dificuldades na orientação da demanda” (Barbosa da Silva, 2007).

Entre as soluções apresentadas para a reformulação das leis de incentivo, Gruman (2008) aponta “[...] o restabelecimento do princípio da dedução fiscal parcial [...]”, para que projetos importantes culturalmente, mas que não despertam o interesse dos patrocinadores possa recorrer, por exemplo, a fundos públicos. O autor cita ainda exemplos como “[...] oferecer maiores vantagens fiscais para aquelas empresas que invistam em áreas com pouco apelo comercial, [...], ou em regiões pouco desenvolvidas economicamente e, por consequência, invisíveis aos olhos do mercado”.

Esta breve revisão histórica evidencia ainda, que com o “[...] amadurecimento recente na organização da cultura, no âmbito federal, o desafio passa a ser o fortalecimento da cultura no

âmbito local, uma vez que nos estados e municípios a situação é mais grave”. Segundo o autor, o principal problema encontrado é a “[...] descontinuidade, o que reforça a importância [...] na busca de fortalecer as instituições e criar diretrizes para a área cultural” (Pimentel dos Santos, 2009). A partir desta premissa ressalta-se a importância deste estudo aplicado aos municípios, de forma a valorizar a identidade cultural local, mas dentro de um contexto do marco das políticas públicas culturais para o país.

## **2.2 Gestão Cultural no Brasil – uma nova realidade começa a ser construída**

Alterações significativas, no campo da Cultura, ocorreram no Brasil, desde os anos 1990, quando a política cultural passou a ser marcada por um modelo baseado em incentivos fiscais para que organizações privadas (lucrativas ou não) executassem ações culturais: o mecenato. Se, por um lado, este modelo ampliou o volume de recursos no campo, por outro lado, gerou concentração regional de projetos e restrição de recursos e ações culturais: poucas organizações que recebiam tais recursos (Olivieri, 2004; Silva, Araújo, 2010). Isto moldou o campo das organizações culturais, selecionando quais organizações seriam - e não seriam - beneficiadas.

Na busca por reverter estes efeitos e absorver aquelas organizações culturais até então fora da “lógica do mercado cultural”, foi proposta pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2004 uma política cultural específica de abrangência nacional, com o intuito de incentivar organizações culturais excluídas dos circuitos de financiamento moldados pelo mecenato. As organizações culturais, após terem projetos aprovados pelos editais do programa Cultura Viva, passariam a ser reconhecidas como pontos de cultura ou pontões de cultura (MinC, 2012). Ao incentivar ações realizadas nas comunidades, o programa tentou inserir organizações dessas comunidades no campo organizacional da cultura, onde por “inserção” se entende a valorização destas organizações, seja pelo reconhecimento de uma política pública, seja pelos recursos aos quais passam a ter acesso. Essa é apenas uma mostra das ações adotadas pelos governos pós-neoliberalismo de valorização da Cultura, no desenvolvimento do trabalho outras situações serão relatadas.

### **2.3 O estado assume seu papel na gestão pública da Cultura**

O entendimento da Cultura como um direito fundamental do ser humano e, ao mesmo tempo, um importante vetor de desenvolvimento econômico e de inclusão social são as bases das respostas a qualquer questão. Dessa forma, deve ser tratada pelo Estado como uma área estratégica para o desenvolvimento da nação. Portanto, sem dirigismo e interferência no processo criativo, ao Estado cabe, com a participação da sociedade, assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e no estabelecimento de marcos regulatórios para a economia da cultura, sempre considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural. Papel este já expresso nos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

O primeiro ponto a se considerar na formulação de uma política nacional de cultura é uma definição clara do papel do Estado na gestão pública da cultura. Qual sua função e espaço de atuação? Como pode atuar respeitando a liberdade de criação, mas garantindo os direitos culturais e a preservação do patrimônio cultural, fomentando a produção e fortalecendo a economia da cultura?

Ao Estado cabe assumir papéis e responsabilidades intransferíveis como, por exemplo, o de garantir a preservação do patrimônio cultural e o acesso universal aos bens e serviços culturais ou o de proteger e promover a sobrevivência e desenvolvimento de expressões culturais tradicionais, o que dificilmente seria assumido pelo setor privado. A atuação do Estado no campo da cultura não substitui o papel do setor privado, com o qual deve, sempre que possível, atuar em parceria e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

É evidente que cada vez mais a cultura ocupa um papel central no processo de desenvolvimento, o que exige dos governos o planejamento e a implementação de políticas públicas que respondam aos novos desafios do mundo contemporâneo. Políticas que reconheçam, protejam, valorizem e promovam a diversidade das expressões culturais presentes em seus territórios; que democratizem os processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais; que trabalhem a cultura como um importante vetor do desenvolvimento sustentável; que intensifiquem as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais; que promovam a paz.

Fundamentado em uma atuação democrática do Estado a gestão pública da cultura não se constitui numa ameaça à liberdade; ao contrário, assegura os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos com plena liberdade de expressão e criação. O importante é que a gestão seja transparente e assegure a participação e o controle social. Cabe, então, ao Estado Brasileiro, em suas três esferas, assumir suas responsabilidades e, com a participação da sociedade, construir os instrumentos de gestão e implementar as políticas públicas de cultura que respondam a esses desafios.

#### **2.4 Novas perspectivas para as políticas públicas de Cultura**

“É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido de construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social.”

Luiz Inácio Lula da Silva

A Cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade. (Chauí, 2006)

A desigualdade no Brasil é histórica e tradicional, a população carrega há séculos a marca da exclusão, a marca do impedimento ao acesso aos bens materiais e à produção e fruição de bens culturais. O Brasil é um país que, nas últimas seis décadas, se acostumou à forja da TV aberta, estruturada para produzir conteúdos de forma centralizada e veiculá-los por uma rede quase passiva de retransmissoras regionais, como principal vetor de promoção de nossa cultura, de propagação de nossa língua e de difusão de nossa produção audiovisual. Soma-se a isso a conhecida penalização da Cultura como item alegórico e periférico das políticas oficiais; seja na federação, nos estados e municípios.

Tal constatação, porém, não anula outra bastante evidente: de que governos e governantes não são todos iguais. Ao contrário, no governo do presidente Lula ocorreram grandes avanços no âmbito das políticas públicas de Cultura no país nos últimos anos. O Brasil viu ser estabelecida a ideia de Cultura como política pública, ambiente no qual ela não se reduziu à mera gestão do balcão de um bom negócio, mas se afirmou como mobilizadora de valores, práticas e crenças antes invisibilizados pela lógica de mercado que presidia as ações do Ministério da Cultura até então.

Desde 2003, buscou-se a afirmação da Cultura como instrumento da luta contra--hegemônica, uma ferramenta questionadora dos grandes consensos que se cristalizaram em torno das políticas culturais de ausência promovidas pelo Estado brasileiro: do uso da cultura como medida assistencialista, da fórmula de financiamento privado e da pasteurização oferecida pela cultura de massas. Assim, o legado deixado pelo governo do presidente Lula, e imaginado definitivo, é a recuperação e o redimensionamento do papel do Estado brasileiro no estímulo às práticas culturais e na consolidação da cultura como política pública, portanto, distante do império do privado.

O diálogo, tão necessário entre a gestão de cultura no país com a própria ideia de política pública, tão abertamente negada pelo período neoliberal, permitiu a afirmação de que a cultura não se reduz ao supérfluo nem é privilégio de uns que deva ser levado ao conhecimento de outros, mas é direito de todos. Nessa linha, pode-se dizer que, no período de governo do presidente Lula, o Estado brasileiro buscou assegurar os meios para o reconhecimento efetivo da cultura como direito. Em consonância com esse princípio de cidadania cultural, ofereceu ao país a perspectiva da institucionalidade da cultura nos aparatos governamentais, com a criação de órgãos gestores, conselhos e conferências de cultura, a aprovação do Plano nacional de Cultura, a tramitação de vários projetos de lei e, principalmente, o início da constituição do Sistema Nacional de Cultura.

Mesmo que possa parecer eloquente e francamente positivo o saldo dessa caminhada, é forçoso reconhecer que a topografia foi acidentada, houve lacunas, indecisões, retrocessos em alguns momentos e disputas pelo sentido dela. No período, foram quatro ministros no comando do Ministério da Cultura (MinC): Gilberto Gil, entre 2003 e 2008, Juca Ferreira, que esteve com Gil desde o começo e o sucedeu, Ana de Hollanda, nomeada por Dilma Rousseff no início de seu governo, em 2011, e sua sucessora Marta Suplicy, até a presente data.

Assim, esse período de quase doze anos comportaram dois blocos bastante definidos, ainda que com irregularidades dentro deles. O primeiro bloco, que ocupou todo o governo Lula, é claramente hegemônico aos olhos do público e da crítica e o responsável pelos principais avanços. O segundo, sob o comando de Ana de Hollanda, representou, de maneira geral, um “certo” retrocesso.

Inicialmente, é preciso considerar que a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal é, por si só, um elemento indutor dos avanços sentidos no mundo da Cultura. O PT e Lula, para chegarem à Presidência da República, acumularam forças ao lado de diversos setores da sociedade brasileira que lutaram pela democracia. Foi assim também com os militantes da cultura, que, em grande parte, engrossaram o sonho de ver um metalúrgico na presidência e, com isso, romper com a lógica elitista e privatista que, desde sempre, dominava as políticas culturais no país. Com isso, a própria vitória de Lula, pelo que representava e pelo que foi sua história pessoal até ali, teve uma dimensão cultural que já servia como plataforma de lançamento para o ministério que se instalava. Como se isso já não bastasse, Gilberto Gil, com sua trajetória, força e carisma, assumiu o Ministério da Cultura.

## **2.5 A herança do período neo-liberal**

No Brasil a Cultura e a democracia e a cultura no nem sempre mantiveram relações “afetuosas”. O Ministério da Cultura foi criado em 1985, no governo dos ex-presidente José Sarney; antes a área da Cultura passou por diferentes escaninhos. A partir dos anos 1930 esteve subordinada ao Ministério de Educação e Saúde. Em 1953 passou a nominar um ministério, o de Educação e Cultura, no qual, em 1981, foi criada a Secretaria de Cultura. Somente com o fim da ditadura militar se tornou um ministério específico. O Professor Antônio Albino Canelas Rubim nos mostra que essa irregularidade institucional explicita as tensões vividas entre o setor e o governo no seu período inicial.

Criado em 1985, desmantelado por Fernando Collor, o Ministério foi transformado em secretaria em 1990, e recriado em 1993 por Itamar Franco. Tancredo Neves, antes de morrer, resolveu criar o ministério. José Sarney instalou o órgão, mas simultaneamente tomou medidas políticas, como a inauguração da lógica das leis de incentivo, que fragilizaram o ministério em seu processo de implantação. Fernando Collor, no primeiro e tumultuado experimento neoliberal no país, praticamente desmontou a área de cultura no plano federal.

Acabou com o ministério, reduziu a cultura a uma secretaria e extinguiu inúmeros órgãos. A combinação das ações do governo de José Sarney e Fernando Collor com as políticas do período Fernando Henrique Cardoso que originou políticas culturais marcadas por ausências e instabilidades, compondo o cenário de vazio deixado.

A direita brasileira, historicamente, lida com a Cultura como algo apartado da vida cotidiana, devendo ser oferecida ao consumidor como dádiva, mercadoria ou, então, como produto a ser protegido de sua ignorância. Essas ideias foram e continuam sendo amplamente alardeadas pelos governos tucanos e seus parceiros, que habitualmente promovem a divisão entre cultura de elite e popular e tratam as culturas tradicionais como algo congelado no tempo. Tal concepção tradicional foi severamente criticada por setores da esquerda brasileira, o que alimentou a elaboração do conceito de cidadania cultural, que há muito serve de base conceitual aos programas culturais do Partido dos Trabalhadores e, também, às próprias experiências vivenciadas a partir de 2003.

Com o passar do tempo, os governos tucanos acrescentaram a essa noção ideias conservadoras ainda mais perversas. É recorrente a privatização da gestão de equipamentos e projetos, delegados a organizações sociais que não têm qualquer vínculo com o movimento cultural, em uma espécie de reinvenção do clientelismo, mascarado por um discurso de modernização da gestão. Esses governos também se dedicaram a um insulamento do poder, impedindo a participação dos movimentos culturais e dos cidadãos no debate e na formulação das políticas públicas, num esforço para manter os campos rentáveis da indústria cultural nas mãos de empresas, em especial, de conglomerados transnacionais que operam a partir da detenção e domínio dos *copyrights*. Com essa perspectiva, foi na área da cultura que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a concepção neo-liberal do Estado mínimo mais avançou. O Ministério da Cultura ficou encolhido, se omitiu e transferiu para o mercado papéis que seriam de sua responsabilidade como órgão gestor. Transferiu, inclusive, praticamente toda a responsabilidade pela decisão sobre o uso dos recursos públicos federais. Os resultados dessa política foram desastrosos para o país. A concentração dos recursos aprofundou as desigualdades e o elevado grau de exclusão aos meios de produção e difusão de conteúdos culturais. A consequência mais grave dessa visão elitista e marqueteira foi a conformação de um discurso que serviu de sustentação à cultura do medo, quando deveria ser ferramenta de forjar esperanças. O slogan cunhado no governo FHC, em 1995, “Cultura é um bom negócio”, resume a herança deixada pelos tucanos para Gilberto Gil. Uma herança que conforma um robusto vazio no que foram as políticas culturais em âmbito federal.

## **2.6 Várias contribuições, muitas ideias**

O período que antecedeu o governo petista, o Ministério da Cultura foi criado, desmantelado e recriado, Lula perdeu três eleições, diferentes governos eleitos exibiram e puseram em prática suas concepções de cultura e o PT, quase sempre com o apoio de outros partidos, teve tempo e acúmulo de experiências para organizar suas propostas, com a cultura assumindo uma perspectiva transformadora e emancipadora e convocando à cena os que, quase sempre, estiveram condenados à invisibilidade. É bem verdade, porém, que, embora a cultura tenha alcançado relevância em várias administrações petistas e o partido tenha contado com artistas e intelectuais já na sua fundação, sua organização interna e as resoluções políticas não haviam revelado jamais essa importância.

O presidente Lula, antes de chegar à presidência e escolher Gilberto Gil como seu ministro da cultura, percorreu territórios tão diversos quanto diversos foram os atores e setores que juntaram suas forças a ele. Desde meados dos anos 1970, a vida política brasileira contou com a participação ativa de intelectuais, artistas, estudantes, religiosos e personagens de todo o mundo da cultura. Na época, militaram em favor da redemocratização do país e pelo reconhecimento da importância da cultura no âmbito governamental. Nessa luta, muitos se juntaram ao PT e com ele seguiram, alguns mais e outros menos próximos, até a primeira vitória nacional.

No ano de 2002, a candidatura de Lula, alimentada por essa história, apresentou ao país seu quarto programa de governo para a Cultura: “A imaginação a serviço do Brasil”. Talvez se possa dizer que os eixos conceituais principais valorizavam a ideia da cidadania cultural, da diversidade e da inclusão das políticas de cultura num novo projeto nacional. Assim, como se depreende do documento, as dimensões social, democrática e nacional da cultura deveriam servir como pano de fundo para a afirmação do seu caráter transversal e para a implantação de um sistema nacional de cultura no país. Nesse sentido, havia propostas concretas, sendo as mais divulgadas a criação de um Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), a realização de Conferências Nacionais de Cultura, a revisão da política de fomento público à Cultura, o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura e, principalmente, a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

O ex-ministro Gilberto Gil, em seu discurso de posse, não ignorou as propostas eleitorais, mas apontou para outra direção. Ele reconheceu a dimensão cultural da vitória de Lula e chama pra si a responsabilidade de mudança no setor:

“A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país. O ministro da Cultura entende assim o recado enviado pelos brasileiros, através da consagração popular do nome de um trabalhador, do nome de um brasileiro profundo, simples e direto, de um brasileiro identificado por cada um de nós como um seu igual, como um companheiro. É também nesse horizonte que entendo o desejo do presidente Lula de que eu assumo o Ministério da Cultura. Ao final, revelando sua pouca intimidade com a ênfase na institucionalização da cultura dada pelo PT, propôs “uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país”.

As inquietações derivadas da surpresa da nomeação de Gilberto Gil e da composição plural do Ministério da Cultura revelaram que o programa eleitoral não seria suficiente para abarcar e referenciar o processo que se impunha naquele momento e, portanto, deveria resultar na formulação de um novo plano para a gestão que aproveitasse o programa eleitoral e agregasse novos elementos e propostas. Desde o começo ficou evidente a enormidade da tarefa. Seria preciso instalar um ministério, que naquele momento não passava de um pequeno balcão de negociação de renúncia fiscal, buscar um orçamento público gerido pelo próprio governo, e não pelos gerentes de marketing das grandes empresas, criar uma política nacional para as artes, incorporar, no escopo de atuação do Ministério da Cultura, centenas de iniciativas da sociedade brasileira que não cabiam na lógica da Lei Rouanet (Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991), localizar e potencializar os pontos de contato das políticas de cultura com educação e comunicação e fazer transbordar essa importância da cultura para outros níveis de governo. Assim comenta o professor Antônio Albino Canelas Rubim (2011), “não bastava superar o estilo tucano. Seria necessário dar efetividade e abrangência ao ministério e superar a tradição do Estado brasileiro de tratar a Cultura a partir de sua própria ausência, com irregularidade e sob o domínio do autoritarismo”.

Na ocasião das eleições de 2006, dois documentos apresentados revelaram o clima do momento. A coordenação da campanha de Lula publicou seu programa para a cultura com o título “Brasil: cultivar a memória e inventar o futuro”, no qual havia a defesa das realizações na primeira gestão e um elenco de propostas que estavam em sintonia com o programa geral. Dois temas merecem destaque: o projeto de associação das políticas de cultura, educação e comunicação; e a criação do Programa de Cultura do trabalhador, que depois ganhou o nome de Vale-Cultura.

Logo após a vitória, o próprio Ministério da Cultura publicou o “Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil”, uma atualização programática combinada com prestação de contas. Mais extenso, mostrava sintonia com o programa eleitoral, mas ia além, já que tinha por função disputar o futuro e legitimar a continuidade da gestão e das políticas em operação. Somados, os dois documentos são o registro de um vértice importante do período dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira.

No 2010, para a campanha da presidenta Dilma, o programa eleitoral foi severamente reduzido, as negociações entre PT e PCdoB foram mais tensas e os debates públicos se deram mais em torno do binômio continuidade ou não continuidade do que em torno de um programa propriamente dito. Assim, a saída de Juca Ferreira e a chegada de Ana de Hollanda se deu em meio a um debate público vincado mais pela discussão de nomes, simpatias e antipatias do que de propostas.

De maneira independente de calendário e programas eleitorais, o dinamismo do mundo da cultura permitiu que ele próprio se constituísse como força política alternativa, com pauta própria e altivez surpreendente. Assim, movimentos como Fora do Eixo, Cultura Digital, Culturas Populares e tradicionais e Pontos de Cultura formaram uma grande malha de afluentes para o encorpado rio em que se transformou o Ministério da Cultura brasileiro. Autônomos entre si, mas absolutamente conectados em suas pautas pró-cidadania cultural – e, dessa forma, com uma visão de cultura mais abrangente que a tradicional –, compuseram uma nova circunstância na qual a cultura ocupava um lugar de destaque na cena contemporânea.

No entanto, um importante elemento da Cultura brasileira, porém, não se constituiu como eixo de trabalho relevante rio: as artes e seus agentes. Acostumados a se relacionar com o Estado a partir de suas deliberadas ausências e, de maneira combinada, com políticas de clientelismo, dependências e privilégios, artistas e produtores mantiveram uma relação irregular com o Ministério da Cultura durante os últimos dez anos. O ministério, por sua vez,

na maior parte das vezes afinado em seu compromisso de ampliação da noção de cultura, não conseguiu adotar políticas suficientes para as artes a fim de pavimentar esse caminho.

Diante disso, no final do segundo governo Lula, uma das principais críticas feitas ao Ministério da Cultura serviu de combustível para a substituição de Juca Ferreira: a ausência de uma política contemporânea para as artes. O alimento a essa crítica tinha duas origens. Por um lado, a observação de que a busca da ampliação da noção de cultura não reservou energia suficiente para a efetividade das políticas para as artes. A Fundação Nacional de Artes (Funarte), nascida durante a ditadura militar, com graves problemas estruturais e políticos no início da década, foi marcada por instabilidades administrativa, programática e orçamentária desde o começo. Nos últimos anos, embora tenha tentado dar um caráter nacional e abrangente às suas ações, não alcançou resultados e legitimidade equivalentes ao sucesso do conjunto do ministério. E isso vitaminou a segunda origem das críticas. Alguns setores ligados aos movimentos artísticos fizeram ecoar alto o descontentamento quanto à relação do ministério com o mundo digital, o que seria, na visão deles, o referendo do Estado brasileiro à “pirataria” de obras de arte e, por conseguinte, à exploração do artista.

Em resumo. Durante os quase doze anos de governos petistas, a gestão da cultural se ofereceu permeável a diferentes tipos de contribuições: o próprio Partido dos Trabalhadores, que se manifestou principalmente por meio dos programas de governo de três eleições, os discursos e documentos do período Gilberto Gil e Juca Ferreira, as contribuições dos chamados movimentos sociais da cultura e Ana de Hollanda e os defensores de uma legislação de direitos autorais mais restrita.

## **2.7 Avanços importantes**

O dinamismo alcançado, logo no primeiro governo (2003-2006) evidenciou que Gilberto Gil e equipe organizaram o ministério sob a bandeira do papel ativo do Estado como indutor de um protagonismo efetivo dos fazedores de cultura esparramados por todo o país, com as mais diversas formas de expressão. Como quando a restauração de matas faz surgir nascentes de água que inundam novos territórios, a sociedade brasileira respondeu ao chamamento do governo federal revelando o vigor de sua produção cultural para além do que a indústria instalada já mostrava. O Ministério Cultura, em todo o período Lula, era um caldeirão de propostas e ideias em ebulição. Assim, de maneira dialética e dinâmica, não exatamente

planejada nem totalmente pacífica, criou-se no ministério quatro polos de atuação que disputavam o sentido do projeto.

Houve um grupo de gestores mais dedicados à institucionalização da cultura. Eles se empenharam pela constituição do SNC e de diferentes instrumentos de participação social (conselho, conferência, câmaras e colegiados setoriais), pela recuperação da Funarte e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que ocorreria apenas no segundo mandato, e do Instituto Nacional do Livro e Leitura. Esse grupo estabeleceu muito rapidamente o diálogo com setores já organizados da sociedade: partidos políticos, associação de produtores e criadores, entidades de classe, gente ligada à universidade e gestores estaduais e municipais de cultura. Esse segmento foi o que percorreu o caminho mais acidentado e apenas no final do período pôde ver sedimentadas suas vitórias. No primeiro mandato do presidente Lula, embora o ex-ministro Gilberto Gil demonstrasse simpatia com a proposta de criação do Sistema Nacional de Cultura, a máquina do Ministério da Cultura não se apropriou dela, que ficou restrita aos núcleos mais petistas da casa. Apesar das dificuldades e ambivalências, em 2005 foi realizada a primeira Conferência nacional de Cultura (devidamente precedida de etapas municipais, regionais, setoriais e estaduais); houve a criação do CNPC (ainda que instalado apenas no ano seguinte); em 2010 foi aprovado o Plano Nacional de Cultura (após volume gigantesco de atividades em todo o país e supervisão do CNPC); e, em 2012, enfim, foi aprovada a criação do SNC, que, ao nascer, já contava com a adesão de grande quantidade de estados e municípios.

Cabe ainda mencionar o estabelecimento de um sistema permanente de estatísticas culturais, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para geração de dados, e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para a análise desses dados, de modo a superar a insuficiência e a dispersão de informações que impediam a análise socioeconômica aprofundada dos diversos setores que compõem os elos da produção cultural em seus diversos níveis e registros, além de impedir a comparação do perfil econômico das atividades culturais desenvolvidas no Brasil e em outros países.

Dentre as principais pautas relacionadas à institucionalidade da Cultura, conforme apresentadas desde o início da gestão do ex-ministro Gilberto Gil, ao menos duas carências ainda persistem: a aprovação de uma vinculação orçamentária para a cultura que garanta que, em todos os níveis de governo, ao menos 1% do orçamento público seja disponibilizado para

suas políticas públicas; e a revisão do sistema público de financiamento à cultura no país, em especial as leis de incentivo fiscal.

Uma outra área importante reuniu os esforços de quem se dedicou à massagem dos pontos vitais de nosso corpo cultural, explícita e surpreendentemente num modelo que recusava o arranjo federativo que compunha o SNC proposto e em formulação pelo próprio MinC. Cabe citar, contudo, que os programas que lideraram esse movimento estavam diretamente referenciados no programa que Gilberto Gil e Juca Ferreira conformavam e anunciavam a cada discurso e publicação.

A valorização de Pontos de Cultura espalhados pelo país – o que, por si só, já era a negativa da prática concentradora regional, política e economicamente do Ministério da Cultura até então – e de manifestações de cultura popular tão diversas que ganharam visibilidade e políticas específicas, representaram o afloramento, no âmbito do Estado brasileiro, da dimensão simbólica da cultura. Considerando que eram experiências sem precedentes, várias dificuldades legitimaram os muitos questionamentos quanto à eficiência da gestão, sobretudo quanto à forma como foram definidos e distribuídos os recursos e quanto à capacidade de governança e condições de governabilidade de seus responsáveis. Embora tenham sido identificados problemas, sobretudo se considerarmos a inabilidade e imprevisibilidade com que alguns chamamentos públicos lidaram com o despreparo de grupos culturais para o trato com as exigências burocráticas do Estado, com a proposta de uma política cultural que abarcasse a dimensão simbólica da cultura o Ministério passou a fomentar os “signos construtores das identidades” e a “usina de símbolos de cada comunidade e de toda a nação”, nas expressões utilizadas pelo então ministro Gilberto Gil.

Tais ações evidenciaram a imensa inadequação da burocracia da administração pública às práticas culturais, uma vez que seus procedimentos não foram determinados tendo por base a sua natureza específica, mas apenas reproduziram normas e preceitos aplicáveis aos tipos de bens e serviços que o Estado costuma contratar, sem considerar a especificidade da cultura. Da mesma forma, o distanciamento dessas políticas com as propostas de constituição do Sistema Nacional de Cultura revelaram os dissensos internos quanto ao modelo de participação social e pacto federativo em questão. Embora a proposta previsse um Sistema Nacional de Cultura que servisse de suporte legal, político e institucional entre os órgãos públicos e o fluido mundo da cultura e, além disso, entre os próprios fazedores de cultura,

garantindo perenidade e vigor a essa malha, outros setores do Ministério da Cultura optaram por defender uma articulação em redes que prescindisse de um pacto federativo mais claro.

O simples fato de se falar em políticas públicas de Cultura é, por si só, um avanço no plano conceitual e no plano da governança, a proposta de Sistema Nacional de Cultura pretendia assumir-se como um complemento relevante: ser uma articulação federativa em rede que se interligasse com novas redes e se oferecesse como suporte à autonomia e liberdade dos processos criativos e distributivos do mercado e da sociedade justamente por lhes conferir a segurança institucional que tanto falta ao campo da cultura. Sem a menor dúvida, o *do-in* antropológico foi absolutamente eficaz e rápido nessa articulação em redes, mas os aspectos institucionais, por sua vez, caminharam mais lentamente. Mesmo assim, é preciso dizer que provavelmente são referentes às propostas gerenciadas por esse polo do ministério os maiores avanços de uma política pensada numa perspectiva de superação da exclusão social, eliminação das desigualdades e discriminações e estímulo à apropriação do sentimento de pertencimento. Por esse caminho, invisíveis históricos ganharam visibilidade também histórica.

Já o terceiro polo presente no corpo diretivo do ministério aproximou os debates da cultura com os de comunicação. Ainda que as tensões entre a Secretaria do Audiovisual e a Agência Nacional do Cinema (Ancine) nunca tenham se resolvido plenamente, em nenhum momento o Ministério da Cultura deixou de reconhecer que a aproximação das políticas de comunicação e cultura seriam vitais para a inclusão da cultura na pauta do desenvolvimento e da democracia do país. Ao negar a Cultura como acessório e inseri-la no rol dos direitos, os governos petistas reafirmaram seu vínculo com a ampliação do acesso à produção de bens culturais, reconheceram que todo cidadão e cada comunidade eram produtores de cultura e, ao menos à luz de algumas políticas propostas pelo Ministério da Cultura, induziram a democratização dos meios de comunicação e a regionalização de sua produção.

Deve-se considerar que a aproximação entre comunicação e cultura não se restringiu às políticas de fomento da produção audiovisual, mas também esteve presente na regulação das televisões, no diálogo com a academia, no estímulo à organização de cineclubes, nas políticas de preservação de nossa memória audiovisual e na ativa solidariedade com o fortalecimento de uma cultura digital no país, pode-se dizer que aqui também se trabalhou pela ampliação do leque das políticas de cultura para novos públicos, novas práticas e novos valores.

A ideia de Cultura digital é algo bastante fluido, não resta a menor dúvida, mas é, sobretudo, reconhecimento e estímulo à horizontalidade da produção e fruição cultural no ambiente de novas tecnologias. Conseqüentemente, tais práticas se configuram também como garantia de maior transparência na gestão pública. Assim, tanto para a elaboração do Sistema nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), para a qual a sociedade foi convidada a participar na coleta e na organização das informações por meio de data *crowdsourcing*, quanto para os processos das Conferências de Cultura previstas no PNC, as novas tecnologias estimulam novos comportamentos políticos, pretendendo que vivenciemos um novo tipo de diálogo com o Estado e com a democracia, provocando, portanto, uma nova cultura política. Cultura digital, por esse prisma, passou a ser também uma forma de ver e se comportar no mundo e de dar nova qualidade à democracia, projetando os patamares da cidadania cultural a outros territórios e com outros públicos.

Enfim, o quarto polo que arregimentou setores do Ministério da Cultura é aquele ligado às políticas de patrimônio e memória. Nesse caso, tinham como pautas principais a criação de uma política nacional de museus e a redefinição de políticas para o patrimônio material, sobretudo nas cidades históricas, mas também para o imaterial, recuperando a relação entre a memória de nosso povo e a percepção viva de nossa diversidade cultural, étnica e social.

Os governos petistas se afastaram da tendência à valorização do patrimônio edificado como expressão única da memória cultural. Sem se perder desse caminho, vide a solidez do Programa Monumenta (financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do PAC das cidades históricas, ampliaram-se os horizontes para incorporadas expressões populares materiais e imateriais e os seus sítios como patrimônio cultural constitutivo da diversidade das culturas brasileiras. Dessa maneira, estabeleceu-se uma relação dialógica entre a restauração do patrimônio histórico, que passou a ser diretamente associada à revitalização urbana e ao desenvolvimento cultural, turístico e econômico das cidades, e a política de reconhecimento, registro e proteção do patrimônio imaterial que diz respeito aos nossos saberes, fazeres, tradições, lugares, ritmos e linguagens.

É imperativo registrar, contudo, uma disputa importante em torno da política de museus. Em São Paulo, sob o comando do PSDB, adotou-se um princípio de transferência da gestão dos espaços públicos a organizações sociais, reduzindo o peso e a proximidade dos órgãos governamentais e, principalmente, a transparência para com a sociedade. Com isso, os museus paulistas se tornaram forças resistentes à Política nacional de Museus. Essa divergência ilustra

bem os dois diferentes modelos de gestão cultural presentes no Brasil. um, que embalou o governo Lula e, na maioria das vezes, acompanha gestores de esquerda em todos os níveis de governo, concebe a cultura como elemento estratégico para o desenvolvimento e o alargamento da democracia, recusando, portanto, os formalismos típicos de certo elitismo brasileiro. O outro dedica os esforços do Estado à transferência de seus espaços à gestão privada, ou seja, reproduz na gestão de museus e centros culturais o mesmo princípio já adotado quando da aprovação e regulamentação (parcial) da Lei Rouanet. Com isso, usam o espaço que seria destinado à gestão pública de cultura como ferramenta de agudização da lógica privatista que dilapidou o país e, assim, revelam seus preconceitos com o Estado e com o próprio espaço público.

## **2.8 Políticas Públicas de Cultura – uma estrada aberta**

A importância das políticas públicas de Cultura para o país é inquestionável, tanto do ponto de vista estético e simbólico quanto das perspectivas do seu desenvolvimento. Já nos anos 1980, quando o Ministério da Cultura foi criado, a Cultura mudou sua condição, mas apenas nos anos 2000 ela começou a superar a insignificância a que sempre foi relegada nos governos da direita mais conservadora e, também, a função auxiliar no projeto midiático que assumia nos governos da direita neoliberal.

Certas conquistas que, de tão exitosas, se inscreveram para além das teorias, fixando--se no plano de deliberações internacionais. A consolidação do conceito de diversidade cultural como algo que deve ser promovido e protegido impôs-se como tarefa aos Estados nacionais a partir de uma articulação de vários governos, inclusive, e com destaque, do Ministério da Cultura brasileiro, com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse caso, apesar de consagrado o tema no âmbito dos debates políticos, ainda se faz necessário sedimentá-lo no território das prioridades orçamentárias.

Gestão pública é, fundamentalmente, uma tarefa política, um exercício permanente de sedução e dissenso. Quando a luta das esquerdas, no Brasil e no mundo, afirma que a grande questão que determinará o futuro de nossas sociedades está no plano dos valores, faz isso por meio da composição de seus programas políticos, de uma relação dialógica com as forças sociais e da qualificação de seus discursos. Gilberto Gil e Juca Ferreira, além dos documentos substantivos que os balizaram, ofereceram-se ao debate com a sociedade por saberem que é a

instauração e o exercício da retórica que concebem a política e, portanto, a própria noção de espaço público. Ao fazerem isso, por talento e reconhecimento de que a cultura ainda é um tema que se insinua no debate da grande política, incorporaram o território da palavra no exercício de governar.

A política surge quando as pessoas, coletivamente, investem seu tempo para fazer com que seu direito de falar seja reconhecido e suas palavras não se percam no ruído. Em alguma medida, tal investimento permite uma redistribuição permanente dos lugares e das identidades, do visível e do invisível. Esse conjunto de coisas vai configurar o que Jacques Rancière chama de espaço do sensível. Essa “divisão do sensível” é uma espécie de subjetividade política, um modo negociado de visibilidade que permite ver quem pode tomar parte no que é entendido como “comum”. A política, então, é o que organiza as condições possíveis de reação em relação ao que nos afeta.

Restam muitos desafios. O reconhecimento da Cultura como direito e, portanto, a alocação das políticas federais na herança conceitual de cidadania cultural impõem ao Brasil a responsabilidade de que suas políticas públicas enfrentem as grandes causas de nosso tempo. Assim, a agenda, a estrutura e o orçamento da cultura devem incorporar as mudanças em curso na sociedade contemporânea e as exigências de novas gerações de brasileiros.

De acordo com Marilena Chauí (2006), “afirmar a cultura como um direito é opor-se à política neoliberal que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe”. A síntese desses dez anos seguramente é esta: no Brasil pós-neoliberal, cultura é direito e, assim, traduz-se na esperança de que haja um sentido libertário nas novas práticas sociais e políticas que experimentamos.

## **2.9 Sistema Nacional de Cultura**

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação (municípios, estados, distrito federal e federação) e a sociedade civil, que tem como órgão gestor e coordenador o Ministério da Cultura em âmbito nacional, as Secretarias Estaduais/Distrital e Municipais de Cultura ou equivalentes em seu âmbito de atuação, configurando, desse modo, a direção em cada esfera de governo. Trata-se, portanto, de um novo paradigma de gestão pública da

cultura no Brasil, que tem como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. O SNC é integrado pelos Sistemas Municipais, Estaduais e Distrital de Cultura, e pelos sistemas setoriais que foram e serão criados.



A análise procedida por Humberto Cunha Filho (2009), acerca das possibilidades de configuração jurídico-política do SNC, indica que a arquitetura mais apropriada para a organização sistêmica da Cultura, em razão de sua complexidade, seria uma que combinasse o estável com o dinâmico. Caberia estruturar um sistema misto, no qual haveria um núcleo estático, instituído por uma legislação (PEC e/ou lei) e uma dimensão dinâmica, que seria disciplinada por pactuações formalizadas pelas devidas instâncias de negociação, com período de tempo determinado, decorrentes das necessidades impostas pela organização e implementação das políticas culturais nos entes federados.

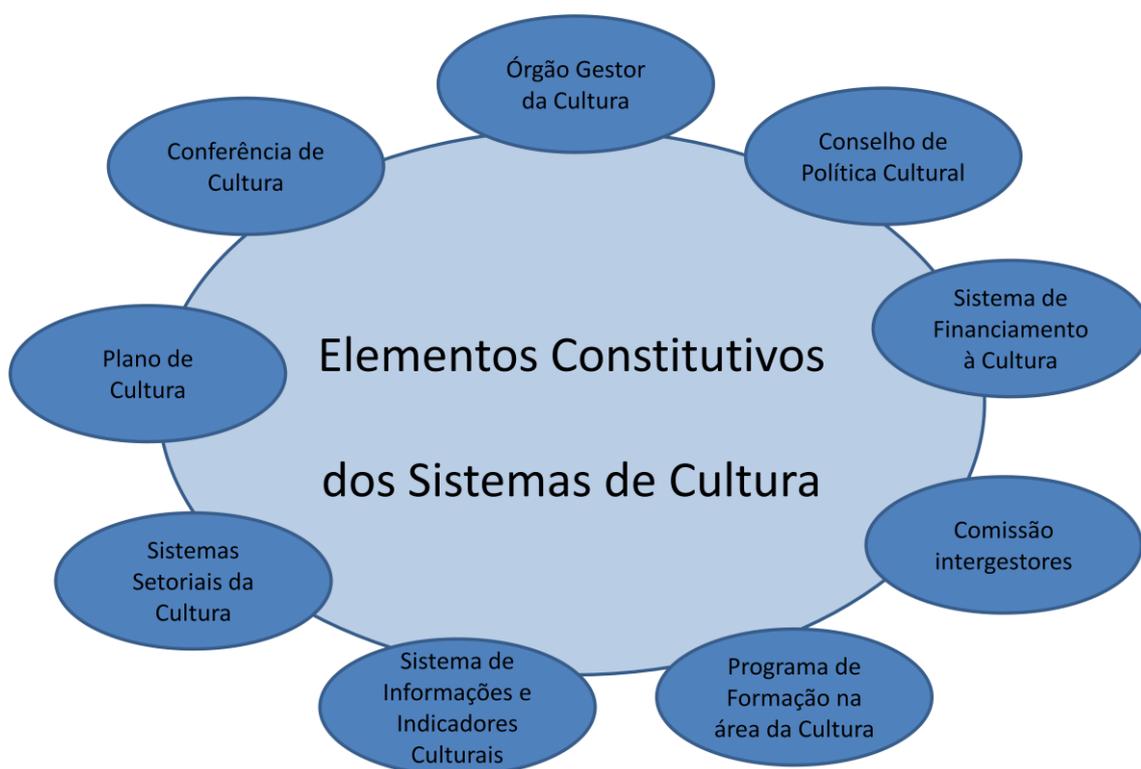
Seguindo essa orientação, a proposta apresentada é de um sistema misto, com seus elementos constitutivos, as interrelações entre eles por meio de suas instâncias de articulação, pactuação e deliberação e com seus instrumentos de gestão. Desse modo, a estrutura constitui-se de um núcleo estático, formado por elementos considerados pilares da constituição do sistema, e um dinâmico, onde se estabelecem os processos de negociação e pactuação, que serão realizados nas instâncias criadas com este fim, para a gestão do SNC e implementação das políticas culturais e que serão expressos em normativos infralegais, posto que possibilitam mais agilidade para os ajustes e/ou repactuações necessários, em conformidade com as prioridades definidas. Um aspecto importante do caráter dinâmico é permitir que no processo sejam

consideradas as especificidades da administração pública de cada ente da federação e as características da diversidade da área cultural, possibilitando, desta forma, maior flexibilidade na implementação do Sistema Nacional de Cultura.

Dentro desta concepção, o Acordo de Cooperação Federativa, a ser pactuado entre União e os Estados e Municípios, prevê que nos Planos de Trabalho essas particularidades locais sejam consideradas. Estabelece um período de transição (até o final de 2011) para a criação dos principais elementos do Sistema ou a readequação dos que já existem, nas respectivas esferas governamentais.

No que se refere à legislação, a opção é por uma Emenda Constitucional, por meio de substitutivo à PEC nº 416/2005, e um Projeto de Lei Ordinária que regulamente o Sistema, definindo o seu perfil, constituição, funcionamento, mecanismos de inter-relação entre os seus componentes e instâncias de articulação, pactuação e deliberação.

#### Elementos Constitutivos dos Sistemas de Cultura





## 2.10 Políticas Públicas de Cultura nos Municípios

A Constituição Brasileira de 1988 nos artigos 215 e 216 atribuem ao Estado o dever de garantir a todos os cidadãos “[...] o exercício dos direitos culturais e o acesso universal aos valores gerados”. Para cumprir esse dever o Estado pode criar instituições com o intuito de disponibilizar à população espaços onde possam ser zelados esses valores, cumprindo-se o papel de preservar a memória de um povo de maneira que não se prive nenhum cidadão do direito de utilizar o que é disponibilizado à sociedade por meio do poder público (Associação Cultural Alquimídia, 2009).

De acordo com Teixeira Coelho *apud* Fundação Getúlio Vargas (2010) a atuação do poder público realizada por meio das políticas públicas culturais ocorre, por meio de um “[...] conjunto de iniciativas que visam a promover a produção, a distribuição e o uso da cultura; à preservação e à divulgação do patrimônio histórico; ao ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”. Para Barbosa da Silva (2007, p. 20) essas políticas são “[...] sistemáticas, institucionalizadas e com continuidade”.

Observa-se que no âmbito das ações governamentais encontra-se com mais frequência à política de eventos, que “[...] em grande parte dos casos, são ações fragmentárias, desarticuladas, isoladas e sem muita continuidade”. Porém, essas políticas preenchem espaços importantes, como os “[...] inúmeros festivais, concursos, prêmios e bolsas, que também cumprem o papel de consagração e valorização das obras produzidas” (Barbosa da Silva, 2007).

A atuação estatal deve buscar o fortalecimento a gestão das políticas públicas para a cultura, estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura, ampliar e descentralizar os investimentos em produção, a difusão e fruição cultural, fortalecer o Fundo Nacional de Cultura como mecanismo central de fomento, aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, sistematizar instrumentos jurídicos e normativos, instituir e aprimorar os marcos regulatórios, fortalecer a gestão pública dos direitos autorais, articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, a consolidação e implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e a extensão do território de atuação por meio da dinamização das políticas de intercâmbio e difusão da cultura brasileira no exterior (Câmara do Deputados, 2009).

Para atender as necessidades externas Botelho (2001) afirma que “[...] é através da formulação de uma política cultural que se poderão hierarquizar as prioridades [...]”. Ainda, verifica-se a importância em pautar o planejamento de forma democrática, pois Fontenele (2007, p. 10) considera que, “[...] como decisões políticas, os componentes de uma estratégia configuram as escolhas de uma sociedade [...]”. Nesse mesmo sentido, verifica-se que o planejamento estratégico em nível municipal “[...] é a percepção da cidade como um ator social que vive em função da conjunção dos interesses locais e dos condicionantes globais” (Fontenele, 2007).

Uma gestão pouco perceptível em termos conceituais, mas de grande presença prática, identifica-se como a Cultura auto-gerida. Conforme a Fundação Getúlio Vargas (2010) trata-se das “[...] inúmeras festas de padroeiros e os mais diversos festivais e celebrações [...] são manifestações autossustentadas e nascem das raízes comunitárias porque é expressão do patrimônio cultural”.

Encontra-se nas possibilidades de articulação cultural a participação social como motivadora do senso de responsabilidade no desenvolvimento local. Por meio dessas relações de articulações, pode-se exemplificar o conceito de redes.

A ênfase na participação [...] ressignifica a prática do desenvolvimento que [...] passa a ser concebida coletivamente, dependendo assim de um processo de responsabilização dos diferentes atores sociais. Essa responsabilização coletiva transforma o desenvolvimento em um processo político, envolvendo escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir de uma articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (Estado, mercado e sociedade civil organizada). É nesse contexto que se destacam as redes como elementos essenciais na promoção do desenvolvimento na atualidade (Andion, 2003).

Pode-se tipificar o conceito de redes conforme Pecqueur apud Andion (2003) como sendo “[...] as redes institucionais (entre grupos formais)”, e “[...] as redes informais (familiares, profissionais ou de concertação)”.

No contexto econômico “[...] a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza” (Associação Cultural Alquimídia, 2009). Conforme expresso no Plano Nacional de Cultura, a cultura propicia o desenvolvimento por meio da prestação de serviços e do comércio, gerando trabalho e renda. Porém, ressalta-se que a busca pelo desenvolvimento econômico deve ocorrer de forma que não seja prejudicada a diversidade da cultura, e ocorrer de forma sustentável e na busca do nivelamento das desigualdades sociais (Câmara dos Deputados, 2009).

Além do enfoque econômico, a cultura manifesta “[...] várias formas de expressão e conhecimento, o uso de linguagens diversificadas e a promoção das formas de cultura que permitem avançar tanto em termos de arte quanto de qualidade de vida [...]” (Botelho, 2001). Nesse sentido, pode-se coordenar um “[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico [...]” (Canclini, 1997). O desenvolvimento simbólico criado nas diversas manifestações culturais demonstra como a participação popular no movimento cultural é essencial, pois “Quase sempre são os militantes da área cultural [...] os únicos a defender a ideia de que a cultura perpassa obrigatoriamente todos os aspectos da vida da sociedade e de que, sem ela, os planos de desenvolvimento sempre serão incompletos” (Botelho, 2001). A cultura, como área importante para o desenvolvimento da sociedade, “[...] passa a ser vista de uma forma mais ampla, como um processo complexo [...] ela passa a ser um elemento

fundamental da atividade de governos e um fator decisivo de progresso social” (Fundação Getúlio Vargas, 2009).

“Considerando esse amadurecimento recente na organização da cultura, no âmbito federal, o desafio passa a ser o fortalecimento da cultura no âmbito local, uma vez que nos estados e municípios a situação é mais grave. Há uma vulnerabilidade de políticas constantemente sujeitas a processos de descontinuidade, o que reforça a importância da Administração Pública debater a questão da cultura local, na busca de fortalecer as instituições e criar diretrizes para a área cultural.” Pimentel dos Santos (2009)

A deficiência na gestão das políticas públicas da cultura aparece, sobretudo, na esfera municipal, pois em muitos municípios brasileiros os órgãos ou setores específicos de gestão da cultura ainda não foram criados, e a maior parte das ações executa-se por meio da realização de eventos esporádicos, sem continuidade. Conforme Pimentel dos Santos (2009), fica evidente a necessidade de se fortalecer a gestão pública da Cultura no âmbito dos municípios.

A temática abordada evidencia a importância da cultura de uma sociedade, bem como da importância da gestão pública cultural nos municípios. A cultura entendida não somente como realização de eventos, mas sim tratada como os hábitos e costumes de um povo, pode ser fator para o desenvolvimento da nação. Notou-se que o território local é cada vez mais responsável pelo seu próprio desenvolvimento e pela valorização da sua diversidade cultural. Assim, como um fator que pode contribuir para que o município possa avançar zelando pela qualidade de vida de sua população, o contexto cultural é cada vez mais importante.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (Andrade, 2001).

Enquanto método de abordagem da pesquisa, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para Santos (2001), “chamam-se fontes de pesquisa os lugares/situações de onde se extraem os dados de que se precisa”. Adotou-se como fontes de dados a bibliográfica (livros e artigos científicos) e a ainda sites de órgãos governamentais e entidades privadas.

A análise de conteúdo clássica interpreta o texto para seu contexto social de forma objetiva, preocupando-se com a repetição dos fatos (Bauer, 2002).

Conforme já mencionado o presente trabalho objetiva perscrutar sobre a viabilidade de incluir no IFDM indicadores do desenvolvimento das atividades culturais nos municípios. A pesquisa se dará sobre documentos elaborados pelo Ministério da Cultura que tratam sobre “Sistemas de Informações e Indicadores Culturais” e também a “construção” do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas cidade cada vez mais condenada pelo poder público a ausência quase que total de políticas públicas de Cultura ou em alguns casos a cumprir o papel de “usinas” de mercadorias ditas culturais, é difícil discutir os temas como Cultura e Políticas Públicas, sem questionar a pretensão de conferir-se ao Estado – seja a Prefeitura, os Governos Estaduais e/ou Federal – o poder de exercer as mesmas uma política cultural e de gestão do espaço urbano e dos recursos territoriais e ambientais, a menos que amplamente discutidos com os diferentes segmentos sociais e técnicos da sociedade.

### 4.1 Cidade e Cultura

As cidades surgem, na História, como locais de encontro e abrigo, portanto frente avançada do contrato social e território estratégico da linguagem e das liturgias da convivência. E, como em todo jogo sustentável, essa liturgia do contrato social exige tanto visões socialmente partilhadas do mundo e da vida, como uma estética da ação, da linguagem, do fazer e da troca das coisas feitas – infraestrutura, edificações, objetos e desempenhos normalizados – artes plásticas e performáticas, literatura, ciência e técnicas.

As cidades atuais, entretanto, vêm destruindo sistematicamente essa estética, ou seja, sua ética, condenando-a a ceder lugar à pura competição e à truculência. O urbano contemporâneo tornou-se um espaço selvagem, e o trágico é que hoje tudo é urbano. As redes de informação, de marketing comercial e político, de circulação e consumo de bens e serviços interferem sobre a vida de cada um e de todos nós, além dos limites físicos das cidades, com a mesma potência e virulência com que operam nos espaços de produção e consumo especificamente urbanos. Vende-se tudo, ao custo da renúncia da convivência atenta, do diálogo e da lucidez.

No brilhante artigo “O refúgio dos homens”, publicado em Carta Capital, pelo saudoso Sócrates (2009) – o ex-atleta, médico e ensaísta, assinala a necessidade de paz, silêncio, bem-estar e proteção para “reposição das forças que nos escapam na guerrilha da vida, condições que um dia conhecemos no útero materno”. E cita o poeta Ferreira Gullar, sobre a vida hoje:

“A mentira, a ferida, a consentida; vida já ganha, já perdida e ganha outra vez [...]; o sôfrego pulsar entre constelações e embrulhos, entre engulhos. Alguns viajam, vão a Nova York, a Santiago do Chile [...]; todos te buscam facho de vida, escuro e claro,

que é mais que água na grama, que o banho de mar, que o beijo na boca, mais que a paixão na cama; todos te buscam e só alguns te acham. Alguns te acham e te perdem. Outros te acham e não te reconhecem e há os que se perdem por te achar.”

E como meia-atacante que brilhou nos gramados Sócrates avança:

Vida que a vida moderna insiste em querer estigmatizar, como se apenas uma forma, uma só postura, uma única situação, uma forma de realidade nos fosse concedida. Vida que a cada um de nós se apresenta como um gigantesco entulho a que devemos dar bom encaminhamento, para que não sejamos engolidos, perfumados, escolhidos por ele para, quem sabe, dele fazermos parte.

E novamente cita Ferreira Gullar em “A vida bate”:

[...] estamos na cidade sob nuvens e entre as águas azuis. Vista do alto ela é febril e imaginária, se entrega inteira como se estivesse pronta. Vista do alto, com seus prédios, ruas e avenidas, a cidade é o refúgio do homem, pertence a todos e a ninguém. Mas vista de perto revela o seu túrbido presente, sua camadura de pânico; as pessoas que vão e vêm, que entram e saem, que passam sem rir, sem falar, entre apitos e gases. Ah, o escuro sangue humano movido a juro! São pessoas que passam sem falar entre vozes e ruínas. És quem? [...] Onde escondestes a vida que em teu olhar se apaga e mal se acende?

É essa capacidade do mundo contemporâneo de produzir as cidades como espaços de barbárie que exige a discussão crítica do conceito e das práticas de política públicas da Cultura. Contra uma ação manipuladora, seja a serviço de empresas, partidos ou carreiras políticas individuais, mas pelo contrário, a favor de uma política comprometida com viabilizar, sem controle autoritário, oportunidades de expressão cultural e social.

#### **4.2 Sistemas de Informações e Indicadores Culturais**

Conforme mencionado o Sistema Nacional de Cultura propõem a criação dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais”, pois a necessidade de informações claras, confiáveis e atualizadas sobre o campo da Cultura são fundamentais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão referentes às políticas públicas da Cultura. Assim, o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Políticas Culturais, está desenvolvendo o Sistema Nacional de

Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), que tem por finalidade integrar os cadastros culturais e os indicadores a serem coletados pelos municípios, os estados e o Governo Federal, para gerar informações e estatísticas da realidade cultural brasileira.

O sistema de informações é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público. Além disso, o SNIIC possibilitará zoneamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural brasileira e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Esse processo de construção de estatísticas do setor cultural foi impulsionado, em 2003, pelo Ministério da Cultura, que celebrou parcerias com o IBGE e com o IPEA para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural. Elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Vários estados e municípios também já criaram seus sistemas de informações, sem entretanto estabelecerem uma base de dados comum e uma estruturação da sua arquitetura que possibilitasse a comunicação entre eles. Cabe ao Ministério da Cultura, no processo de implementação do SNC, coordenar um processo de reestruturação desses sistemas locais a partir de um modelo nacional, construído conjuntamente com os estados e municípios que já constituíram seus sistemas. E, em seguida, disseminar esse sistema para os demais estados e municípios.

O sistema de informações sobre cultura no Brasil tem a finalidade de ser fonte de dados e indicadores para a formulação e reformulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública.

A gestão da informação a partir dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo Sistema de Indicadores e Informações Culturais tem como um de seus objetivos produzir condições para as operações de gestão, monitoramento e avaliação das políticas implementadas pelo SNC.

A estruturação desse sistema, além de ter como requisito a definição de estratégias referentes à produção, armazenamento, organização, classificação e disseminação de dados, deverá incorporar no seu desenho interfaces com outros sistemas de informações gerenciais, que

serão suporte para a gestão, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e ações culturais, conformando uma rede de sistemas.

### **4.3 Metas do Plano Nacional de Cultura**

As metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), são importantes componentes para a regulamentação da Lei nº 12.343, sancionada em 2 de dezembro de 2010. As metas são a concretização das demandas expressas nas 275 ações do PNC. Sonhos de milhares de brasileiros e brasileiras reunidos em centenas de conferências e fóruns espalhados por todo o país desde 2005.

O Plano Nacional de Cultura traduz a complexidade de desejos do campo da Cultura e se configura como um planejamento de longo prazo, que traduz uma política pública de Estado que deve ultrapassar conjunturas e ciclos de governos. E o alcance de suas metas depende da estruturação do Sistema Nacional de Cultura.

As proposições e os desafios do Plano Nacional de Cultura estão descritos em cinco capítulos, que apresentam 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações para se pensar o papel do Estado e a participação social; a proteção e promoção da diversidade artística e cultural; o acesso aos bens culturais; e o desenvolvimento socioeconômico sustentável. As metas, portanto, devem ser reflexo do resultado dessas ações e apontar o cenário que se deseja para a cultura em 2020.

A elaboração das metas do Plano Nacional de Cultura foi fiel ao processo de participação que ocorreu na construção do Plano como um todo. Foi feita a partir de consulta a toda a sociedade e com a participação constante do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). A Secretaria de Políticas Culturais foi o órgão responsável pela coordenação técnica e o CNPC foi o locus do debate participativo, visto que consiste em espaço de ampla representatividade da sociedade civil atuante no setor cultural, dos entes federados, do Congresso e de outros órgãos públicos.

As metas do Plano Nacional de Cultura contemplam as diretrizes, estratégias e ações do Plano e buscam atender os seus objetivos e desafios. Elas consolidam o futuro que se almeja alcançar até 2020 e consistem em ponto de confluência entre as ações culturais demandadas pela sociedade, o compromisso de diferentes instâncias do poder público e a garantia de recursos materiais disponíveis para viabilizá-las.

Dentre as 53 metas, várias delas enfocam as ações culturais nos municípios brasileiros; diante dos desafios (metas) propostos a presente monografia propõem a inclusão de indicadores das políticas públicas da cultura no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal como estímulo aos prefeitos concretizarem tais metas.

O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

## 5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Mensurar “a cultura”, com certeza, não é uma tarefa fácil, isso é, se que possível mensura-la...

Evidentemente o presente trabalho, não teve esta pretensão, apenas incluir alguns indicadores que possam sim, ser mensurado e posteriormente inclusos no calculo deste importante indicado de desenvolvimento municipal – “Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal”.

Assim *à guisa* de conclusão da viabilidade de incluir no IFDM indicadores do desenvolvimento das atividades culturais nos municípios, que SIM é possível e viável incluir indicadores do desenvolvimento cultural municipal no IRFM e propõem-se a inclusão do seguintes indicadores em consonância às “Metas do Plano Nacional de Cultura”.

**Indicador:** existência de secretarias de cultura exclusivas instaladas no município

**Indicador:** existência de Pontos de Cultura em funcionamento e indicadores de atividades realizadas e participação popular (em percentagem comparável à população total do município).

**Indicador:** existência de algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, em funcionamento e indicadores de atividades realizadas e participação popular (em percentagem comparável à população total do município).

**Indicador:** existência de biblioteca pública em funcionamento e participação popular (em percentagem comparável à população total do município).

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. Disponível em: <[http://www.ebape.fgv.br/comum/asp/act\\_download.asp?arq\\_download=Andion.pdf/](http://www.ebape.fgv.br/comum/asp/act_download.asp?arq_download=Andion.pdf/)>

Acesso em: 26 abr. 2014.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. São Paulo: Tempo Social – USP, novembro de 2003.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA. Texto base Conferência Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.alquimidia.org/fcc/baixar.php?nomearq=2009081809TextoBase.pdf&arquivo=arquivosSGC/2009081809Texto-Base.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2013.

BARBOSA, Cláudia L; MEDEIROS, Rosana C. F.; LYRA, Valéria M. G. Avaliação dos Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva. O perfil dos Pontões de Cultura. O Olhar dos gestores do Programa Cultura Viva. Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva. IPEA: Brasília, 2011.

BARBOSA DA SILVA. F. A. Brasil. Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. 2. v. Brasília. Ministério da Cultura, 2007.

BOTELHO. I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. <<http://www.centrodame-tropole.org.br/pdf/Isaura.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2014.

BRANT, Leonardo. Diversidade Cultural e Desenvolvimento Social. In: BRANT, Leonardo (org.). Políticas Culturais. Barueri, SP: Manole, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei no 6.835, de 2006. Aprova o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/686226.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2014.

CAMPOS, C. Gestão cultural e a capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo (1993 a 2005). Dissertação de Mestrado em História - Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. Rio de Janeiro, 2009.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade . Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CATENACCI, Vivian. Cultura Popular: entre a tradição e a transformação. In: Cultura: Vida e Política. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, abr-jun de 2001.

CEPE, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, n.18, p. 63-82, jul./dez. 2003.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006

COHN, Gabriel. A Concepção Oficial da Política Cultural nos anos 70. In: MICELI, Sergio. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984.

DÓRIA, Carlos Alberto. A Merencória Luz do Estado. In: Cultura: Vida e Política. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, abr-jun de 2001.

DURAND, José Carlos Garcia. Política e gestão cultural: Brasil, EUA e Europa. Relatório de Pesquisa NPP nº 13. São Paulo: FGV-EAESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Cultura como Objeto de Política Pública. In: Cultura: Vida e Política. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, abr-jun de 2001.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política Cultural e Democracia: A Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: MICELI, Sergio. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984.

FARIA, Hamilton & NASCIMENTO, Maria Ercilia do. Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo. São Paulo: Pólis, 2000.

FERREIRA, L. A. Políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo: a Secretaria Municipal de Cultura - Teoria e Prática. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27134/tde-28112006-193714/publico/tese\\_lia\\_completa.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27134/tde-28112006-193714/publico/tese_lia_completa.pdf)> Acesso em: 30 jan. 2014.

FONTENELE, R. E. S. Estratégias de desenvolvimento regional: o caso do planejamento estratégico participativo nas regiões do Vale do Coreau e da Ibiapaba, no Estado do Ceará. In: XXXI Encontro da ANPAD, 2007, Rio de Janeiro – RJ. Anais...ANPAD, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Nivelamento para as oficinas presenciais. Disponível em: <<http://fgv.br/fgvonline/minc>> Acesso em: 30 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Nivelamento para as oficinas presenciais. Disponível em: <<http://www5.fgv.br/fgvonline/minc/cursos/CPCMCEAD/index2.asp?prod=CPCMCEAD&login=02915217971>> Acesso em: 06 fev. 2014.

GIL, Gilberto. Discursos do ministro da Cultura Gilberto Gil (Brasília, Ministério da Cultura, 2003-2007).

GRUMAN, M. Políticas públicas e democracia cultural no Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14100.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2014.

HOLLANDA, Ana. Discurso de posse disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/01/03/discurso-de-posse-da-ministra-da-cultura-ana-de-hollanda/>>. Acesso em 27 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. FASFIL, As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. Estudos e Pesquisas, ABONG, IPEA e GIFE. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre Política Cultural no Brasil. In: MICELI, Sergio. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984.

MEDEIROS, Anny K. Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo - 2013.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. Rio de Janeiro: Revista de Administração de Empresas, v. 24, jan-mar de 1984a.

\_\_\_\_\_. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sergio. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984b.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>> último acesso em dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Pré-conferências setoriais. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/03/05/pre-conferencias-setoriais-2/>> Acesso em: 13 abril 2014.

\_\_\_\_\_. “Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil” (Brasília, Ministério da Cultura, 2006). Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil\\_1174326644.pdf](http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf)>. Acesso em 27 mar. 2013.

MISOCZKY, M. C. Uma defesa da reflexão teórico-crítica na pesquisa e prática da administração pública. *In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA*, 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. p. 1-14. CD-ROM.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. *In: BOMENY, Helena. Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

OLIVEIRA, Rita Alves. Bienal de São Paulo: impacto na cultura brasileira. *In: Cultura: Produção e Resistência*. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 3, jul-set de 2001.

OLIVIERI, Cristiane G. Cultura neoliberal: leis de incentivo como políticas públicas de cultura. Col. Visões da Cultura. São Paulo: Escrituras, 1. ed., 2004.

OLIVEN, Ruben George. A Relação Estado e Cultura no Brasil: Cortes ou Continuidade?. *In: MICELI, Sergio. Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

\_\_\_\_\_. Cultura e Modernidade no Brasil. *In: Cultura: Vida e Política*. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, abr-jun de 2001.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Hamilton. “Regressar ao lado esquerdo do peito”, Teoria e Debate, Fundação Perseu Abramo, n. 86, jan.-fev. 2010

PIMENTEL DOS SANTOS, F. B. Política cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais. Disponível em:

<[http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod\\_edicao\\_subsecao=506&cod\\_evento\\_edicao=45&cod\\_edicao\\_trabalho=10307](http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=506&cod_evento_edicao=45&cod_edicao_trabalho=10307)> Acesso em: 26 abr. 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Governo Federal. Disponível em <<http://www3.transparencia.gov.br/>> acesso em dezembro 2013.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo, EXO experimental org./Editora 34, 2005).

REIS, Ana C. F. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e Romantismo Revolucionário. In: Cultura: Vida e Política. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, abr-jun de 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.), As políticas culturais e o governo Lula. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2011, Coleção Brasil em Debate, v. 5).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e Enfrentamentos. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Facom/UFBa, 2007.

RUBIM. A. Seminário permanente de políticas públicas. 2009. Disponível em: <<http://www.com-cultura.com.br/videos/Flash%20MP3%20Player/index2.html>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

SALICNET. Portal Salic Web para base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. Disponível em <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php#>>, acesso em dez. 2013.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena & COSTA, Vanda. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2013

SIC, Sistema de Informação da Cultura. Lei de Acesso à Informação. Brasília: MinC, 2013.

SÓCRATES. O refúgio dos homens. Carta Capital, São Paulo, SP: Ed. Confiança Ltda, nº 576, 16 dezembro 2009

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, UFRJ, 2004.

YIN, R. K.. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.